

Agenda Legislativa da Indústria

Documento ampara lobby do setor no Congresso Nacional



ENTREVISTA
Carlota Pérez
Brasil, o dínamo do desenvolvimento na América Latina.



Melhores cidades grandes

Descubra onde recomeçar ou investir em qualidade de vida.



O GOVERNO DE MT CONSTRÓI 6 GRANDES HOSPITAIS

2 HOSPITAIS
EM CUIABÁ

HOSPITAL JÚLIO MÜLLER
HOSPITAL CENTRAL

4 HOSPITAIS
REGIONAIS

ALTA FLORESTA
JUÍNA
CONFRESA
TANGARÁ DA SERRA

É o Governo de MT fazendo a saúde funcionar.  mt.gov.br

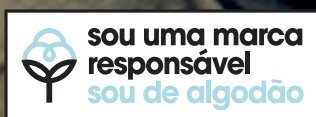


**Governo de
Mato
Grosso**



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
MANAUS

CASA  PRADO



MANAUARA SHOPPING

A Agenda Legislativa da Indústria

Prezado leitor:

Elegemos como matéria de capa desta edição da sua RDM Brasil S/A a que trata do lançamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) da Agenda Legislativa da Indústria 2025, documento previsto para ser entregue aos congressistas brasileiros ainda no mês de março.

A Agenda Legislativa da Indústria é um dos mais importantes documentos do setor na área institucional. Ele elenca uma série de temas de interesse da indústria nacional em tramitação ou não no Congresso Nacional. São assuntos que vão desde questões tributárias até previsões de investimentos públicos e privados no setor.

O foco da Agenda é esclarecer deputados federais e senadores acerca do que é de interesse da indústria nacional e mobilizá-los a apreciar e votar essas pautas.

Boa leitura!



João Orozimbo Negrão
DIRETOR DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

CAPA | A Agenda Legislativa da Indústria

04 | CARTA

05 | OPINIÃO | **Vitória Alves de Sá**

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | **João Pedro Marques**

08 | ENTREVISTA | **Carlota Pérez**

14 | ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

16 | PSICOLOGIA NA ROBÓTICA

20 | DESCARBONIZAÇÃO ENERGÉTICA

22 | A AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

26 | FRACASSO NA GUERRA ÀS DROGAS

12 | MELHOR CIDADE PARA SE VIVER



24 | MÍSSIL BRASILEIRO



JOÃO PEDRO MARQUES
CEO

Artur Dias da Fonseca
DIRETOR PRESIDENTE

Shelry Pereira
DIRETORA EXECUTIVA

João Orozimbo Negrão
DIRETOR DE REDAÇÃO

Vanessa Moreno
Matheus Maurício
EDITORES

Márcio Brandão do Carmo
EDITOR DE ARTE

Doralice Jacomazi
REVISÃO TEXTUAL

Humberto Azevedo
REDAÇÃO

CONSELHO EDITORIAL

João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira**, **Vanessa Moreno**, **Márcio Brandão do Carmo**

TEXTOS

Camila Vidal, **Camila Zelezoglo**, **Diego Abreu**, **Fernando Valente Pimentel**, **Giovanna Chmurzynski**, **João Pedro Marques**, **Marcela Trindade**, **Oscar Valporto**, **Valdemar Medeiros**, **Vitória Alves de Sá**, **Agência Brasil**, **Agência IBGE de Notícias**, **Agência de Notícias da Indústria**, **Agência GOV**.

FOTOGRAFIA

André Ganzarolli Martins, **Gilberto Sousa**, **Iano Andrade**, **Juliana Bezerra**, **Ricardo Stuckert**, **Jornal da USP**, **Agência Brasil**, **Agência Câmara**, **Agência de Notícias da Indústria**, **Agência Senado**, **Agência de Notícias Ibge**, **Agência GOV**, **Secom-PR**, **USP Imagens**.

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

65 3623.1170 | 3622.2310 | 61 2107.9400

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
65 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO DO

Por que a inovação incremental é o novo feijão com arroz do mundo corporativo?

De fato, os negócios dificilmente prosperam sem inovação. Comumente vinculada a grandes feitos, avanços tecnológicos ou mudanças disruptivas, a arte de inovar também pode ser sutil e, ainda assim, poderosa.

Tido como o “arroz com feijão”, a inovação incremental é básica, indispensável e eficiente. Fundamental no dia a dia das empresas, ela traz pequenas melhorias em produtos, serviços, processos ou modelos de negócios já existentes, gerando valor sem rupturas drásticas.

Promovendo resultados concretos e sustentáveis, esse tipo de inovação possibilita avanços consistentes com menor custo de investimento, uma vez que se baseia em algo já consolidado. Nesse sentido, a aplicação é mais previsível e os riscos controlados, garantindo competitividade contínua e relevância no mercado.

No geral, clientes e colaboradores aderem com facilidade às mudanças incrementais, visto que elas não exigem grandes adaptações. Logo, embora discretas e simplistas, elas garantem sucesso e transformação para as companhias.

Vale destacar que é essencial estabelecer um equilíbrio entre inovações incrementais e radicais, por exemplo. Isso promove longevidade e sucesso sustentado para a organização, ao passo que o conceito incremental dispõe de estabilidade operacional, familiaridade com os clientes e baixo risco, a partir de uma evolução constante e gradual. Enquanto o modelo radical impulsiona mudanças significativas,



“As empresas que não investem em inovação correm o risco de serem superadas por concorrentes mais ágeis e inovadores. Não à toa, consideradas como combustível não apenas para o sucesso, mas também para a mera existência no panorama empresarial contemporâneo, as inovações, juntamente das adaptações tecnológicas, trazem novas formas de eficiência e vantagem competitiva”

explora novos mercados e antecipa demandas futuras, desafiando o status quo da empresa.

Quando combinadas, as duas modalidades equilibram de forma

dinâmica estabilidade com adaptabilidade. Sendo assim, reinventando o “arroz com feijão”, a inovação incremental, além de preparar as companhias para novos desafios, também promove pequenas mudanças colaborativas, capazes de sanar dificuldades imediatas e fortalecer a cultura inovadora.

De acordo com o relatório de 2024 da Accenture Strategy, as empresas que não investem em inovação correm o risco de serem superadas por concorrentes mais ágeis e inovadores. Não à toa, consideradas como combustível não apenas para o sucesso, mas também para a mera existência no panorama empresarial contemporâneo, as inovações, junta-

mente das adaptações tecnológicas, trazem novas formas de eficiência e vantagem competitiva tanto em termos de receita e crescimento como em resiliência e satisfação do cliente.

Portanto, embora muitas vezes ofuscado pelas inovações disruptivas, esse conceito incremental desempenha um papel crucial na sustentabilidade e competitividade das organizações. São pequenos avanços contínuos que fomentam um ambiente criativo e adaptável quando focados no famoso “básico bem-feito”. Logo, talvez seja o momento de avaliar as necessidades dos usuários, dos processos internos e das tendências do mercado.

***Vitória Alves de Sá é analista de Inovação do Grupo Safira. Comunicadora e relações públicas.**

ANP alega já ter intensificado fiscalização do teor de biodiesel



A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) afirma nunca ter interrompido e, na verdade, intensificado a fiscalização em bases de distribuição de combustíveis e postos de abastecimento para identificar irregularidades no teor de biodiesel na mistura do diesel B. Hoje, o biodiesel tem de representar 14% da mistura, percentual que, a partir de março, passará a 15%. Agentes do setor têm apontado uma escalada no número de fraudes relacionadas à mistura, o que atribuem a uma tentativa de empresas de escaparem do custo de compra do biocombustível, hoje mais de R\$ 2,00 por litro acima do preço do equivalente fóssil. A ANP não se posicionou diretamente sobre o pedido de "waiver" do mandato do biodiesel cogitado pelas empresas. Mas a agência listou uma série de medidas com caráter de fiscalização e monitoramento dos combustíveis. Em paralelo à verificação em campo, diz realizar análises de balanço volumétrico, com informações enviadas por meio do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (i-SIMP), além de trabalhar com secretarias de fazenda estaduais para detectar fraudes em notas fiscais.

Prefeitos buscam apoio contra mudanças climáticas



No município do Soure, no Arquipélago do Marajó (PA), o prefeito Paulo Victor Silva recorda que, "antigamente", a população conhecia a evolução das marés e do clima conforme o mês. "A gente sabia que, em março, a maré ficava mais alta e nos preparávamos para esse mês. Mas agora acontece em setembro, dezembro, janeiro", diz o prefeito. As mudanças climáticas nunca foram tão evidentes, acrescenta. Ele foi um dos mais de 3,3 mil prefeitos que estiveram em um encontro nacional de gestores de todo o país, em Brasília, e que dizem ser necessário apoio aos municípios para enfrentar essa rotina de instabilidade. "A gente tem um povo que depende do meio ambiente, de pessoas que trabalham nas praias". O problema das mudanças climáticas e do impacto para os municípios foi um dos principais temas discutidos no evento. "Quero entender o que posso fazer nesses desastres que já estão acontecendo lá para a gente. O mar está batendo na casa de pessoas. Estão caindo muitas casas", disse Silva.

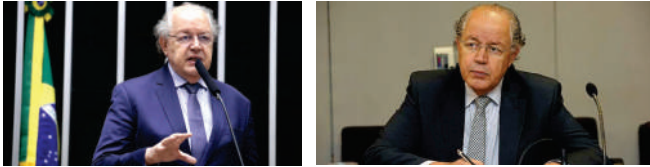
STF volta a julgar revisão da vida toda do INSS

Os ministros vão julgar recurso para esclarecer a decisão, que, em março do ano passado, derrubou a tese favorável à revisão dos benefícios. Na ocasião, o Supremo reviu seu próprio entendimento que autorizou a revisão da vida toda de aposentadorias. Por 7 votos a 4, os ministros decidiram que os aposentados não têm direito de optar pela regra mais favorável para recálculo do benefício. Em sessão virtual, os ministros vão julgar um recurso apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), uma das entidades que fazem parte do processo. A entidade alega que a Corte mudou seu próprio entendimento sobre a questão e pede a

exclusão da proibição dos aposentados que entraram com ações revisionais na Justiça até 21 de março de 2024, data na qual o Supremo fixou que a revisão da vida toda não tem validade. A mudança de entendimento ocorreu porque os ministros julgaram as duas ações de inconstitucionalidade, e não o recurso extraordinário no qual os aposentados ganharam o direito à revisão. Ao julgarem constitucionais as regras previdenciárias de 1999, a maioria dos ministros entendeu que a regra de transição é obrigatória e não pode ser opcional aos aposentados conforme o cálculo mais benéfico.



Proposta sobre semipresidencialismo divide opiniões na Câmara



Reapresentada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (Pode-PR) e outros parlamentares, a proposta de emenda à Constituição (PEC 2/25) que muda a forma de governo do Brasil para semipresidencialismo divide opiniões na Câmara. O projeto foi apresentado originalmente há 30 anos, em 1995, pelo ex-

deputado Eduardo Jorge. No semipresidencialismo, o presidente da República continuaria a ser eleito por meio do voto direto majoritário, mas dividiria o poder com um primeiro-ministro. Este seria escolhido entre os deputados, indicado pelos partidos com maioria na Câmara. Como ocorre em outros países que adotam sistema semelhante, o presidente assume o papel de chefe de Estado, com funções mais cerimoniais, como representar o país no exterior e comandar as Forças Armadas, por exemplo. As funções de governo passam a ser responsabilidade do primeiro-ministro.

PEC que parcela dívida de municípios com Previdência avançará neste semestre

Os municípios que possuem dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão mais perto de uma nova oportunidade de parcelamento, em que os pagamentos poderão ser diluídos em até 25 anos. A proposta de emenda à Constituição já aprovada no Senado deve avançar na Câmara dos Deputados, segundo o presidente daquela Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). A PEC 66/2023, apresentada inicialmente pelo senador Jader Barbalho (MDB-PA) para aliviar as contas municipais, deve ser analisada em comissão especial de deputados a ser instalada. O compromisso foi feito por Motta no Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas realizado em Brasília, que teve a presença do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente Lula. Municípios em situação irregular sofrem com menos recursos, entre outras razões, por não poderem receber transferências de emendas dos parlamentares federais. Além disso, os municípios que se beneficiam com parcelamentos — iniciativas do tipo já ocorreram em 2017 e 2021 — recebem um valor menor nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os descontos são usados para pagar a dívida previdenciária com a União. O senador Carlos Portinho (PL-RJ) aponta em seu relatório aprovado no Senado os impactos dessa redução nas contas municipais.

Dito & Feito

“É natural que o novo governo americano queira avaliar o seu comércio exterior, estudar, avaliar a questão do comércio exterior. O Brasil não é problema comercial para os Estados Unidos. A balança comercial nossa de bens é equilibrada. Nós exportamos US\$ 40 bilhões e importamos US\$ 40 bilhões. Quando nós incluimos os serviços, os Estados Unidos têm um superávit de US\$ 7,4 bilhões. É o sétimo maior superávit da balança comercial americana. Então, nós não somos problema comercial.”

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

“O caminho do comércio exterior é ganha-ganha. É ter reciprocidade, não é alíquota igual. Reciprocidade é você vender mais onde é mais competitivo, onde você é menos competitivo, você compra. Produtos que você não tem, você adquire. Essa é a regra e é nesse princípio que nós vamos trabalhar.”

Idem.

“Aqui estamos, os presidentes dos Três Poderes. O presidente Lula, que foi eleito com mais de 60 milhões de votos. O presidente David Alcolumbre, eleito com consagradores 73 votos em 81 Senadores, e o presidente Hugo Motta, segundo candidato mais votado na história da Câmara dos Deputados, com 444 votos em 513. Aqui deste plenário, que foi invadido, queimado, inundado e depredado com imensa fúria antidemocrática, nós celebramos a vitória das instituições e a volta do país à normalidade plena, com idealismo e civilidade.”

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.



O Brasil tem potencial para ser o dínamo do desenvolvimento na América Latina, diz Carlota Pérez

Para a economista e teórica, o país precisa estabelecer metas e construir um consenso público-privado para aproveitar plenamente as oportunidades e tecnologias

■ Por **Camila Vidal**, da Agência de Notícias da Indústria

Em um mundo em constante mudança, as teorias de Carlota Pérez se destacam ao abordar a relação entre inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. A especialista britânico-venezuelana em impacto das tecnologias é reconhecida internacionalmente por sua teoria das revoluções tecnológicas e como elas abrem "janelas de oportunidade" específicas para o desenvolvimento.

Ao longo de carreira, Pérez lecionou em várias instituições, incluindo a London School of Economics, a University of Cambridge e a University College London. Ela defende a necessidade de políticas industriais proativas, especialmente na América Latina.

"A oportunidade é muito mais ampla, pois inclui a descarbonização de toda a indústria de materiais e da agricultura, além da saúde e outros setores. É um dos conjuntos de oportunidades mais amplos e desafiadores que o Sul Global, e particularmente o Brasil, já enfrentou", estima.

Em entrevista à Agência de Notícias da Indústria, Pérez analisa criticamente como os países sul-americanos podem aproveitar a oportunidade de usar a tecnologia para promover o crescimento e a inclusão.

Agência de Notícias da Indústria - Carlota, dado o novo contexto geopolítico da política industrial, quais são as oportunidades para a América Latina?

“

A transição verde requer enormes quantidades de materiais. Se pensarmos em substituir quase dois bilhões de carros em todo o mundo por veículos elétricos e construir centenas de milhares de torres de turbinas eólicas, podemos compreender a tarefa que temos pela frente”



Carlota Pérez - As tensões entre o Ocidente e a China, juntamente com a emergência climática, abriram uma janela tripla de oportunidades para a América Latina. De fato, essa janela tripla está se abrindo para todo o Sul Global. Uma oportunidade é o processo de "reglobalização" por meio do "friendshoring" realocação da produção para países "amigos" por razões estratégicas. A segunda é a transição verde, e a terceira, que existe há décadas, é o acesso à inovação com tecnologia da informação, que agora pode se conectar com as outras duas oportunidades, ampliando-as.

Das três, talvez a mais importante para toda a América Latina, mas particularmente para o Brasil, está relacionada aos recursos naturais. A transição verde requer enormes quantidades de materiais. Se pensarmos em substituir quase dois bilhões de carros em todo o mundo por veículos elétricos e construir centenas de milhares de torres de turbinas eólicas, podemos compreender a tarefa que temos pela frente. Mas o processamento de matérias-primas é muito

“

O Brasil tem tanto os materiais quanto a energia verde, e à medida que as catástrofes relacionadas às mudanças climáticas se intensificam, as regulamentações e os impostos sobre o carbono aumentarão, e a lógica do processamento local prevalecerá”

intensivo em energia. Portanto, logo se tornará óbvio que processar próximo à mina, onde há energia renovável disponível, será a solução mais verde e lucrativa.

O Brasil tem tanto os materiais quanto a energia verde, e à medida que as catástrofes relacionadas às mudanças climáticas se intensificam, as regulamentações e os impostos sobre o carbono aumentarão, e a lógica do processamento local prevalecerá. Além disso, o número de navios necessários para transportar material processado — em vez de minerais brutos — diminuiria significativamente, reduzindo ainda mais a pegada de carbono.

Os complexos mineral-industriais criam demanda por inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em vários serviços digitais e materiais especiais para usos específicos. O nível resultante de atividade empresarial — na extração, processamento e serviços de tecnologia — abriria oportunidades para um maior desenvolvimento local e regional, aproveitando a localização, que é uma oportunidade aberta pelo acesso à internet.

E as possibilidades são muito mais amplas, pois incluem a descarbonização de toda a indústria e agricultura, além da

saúde e outros setores. É um dos conjuntos de oportunidades mais amplos e desafiadores que o Sul Global, e particularmente o Brasil, já enfrentou.

Agência de Notícias da Indústria - Como você avalia o papel do setor privado na mudança de paradigmas e como ele pode contribuir para a neoindustrialização no Brasil?

Carlota Pérez - O setor privado é absolutamente essencial, especialmente um setor inovador e competitivo. Mas ele funciona muito melhor para o desenvolvimento quando há uma compreensão clara da oportunidade e um consenso público-privado sobre como aproveitá-la. Todos os saltos significativos no desenvolvimento – como os que ocorreram na Coreia do Sul, China, Cingapura e Taiwan – dependeram de um setor privado cada vez mais forte e competitivo, liderado por um governo muito forte e determinado. Mesmo os avanços feitos pelo Brasil com o "milagre" da substituição de importações foram baseados em forte apoio e altas barreiras protecionistas fornecidas pelo Estado. Sem um setor privado dinâmico, não há desenvolvimento, mas sem um propósito claro e políticas adequadas definidas pelo Estado, o setor privado não pode alcançar grandes sucessos, nem pode trazer progresso nacional. Ditaduras fizeram isso à força; democracias podem fazê-lo construindo consenso.

Agência de Notícias da Indústria - Como funcionam os ciclos tecnológicos? E qual é a importância da inovação tecnológica para um país como o Brasil?

Carlota Pérez - A inovação, como argumentou o economista Joseph Schumpeter, é o motor do progresso no capitalismo, não importa o país. Portanto, o progresso no Brasil, como em qualquer lugar, depende da inovação em produtos, serviços, processos e também em políticas e instituições adequadas.

A inovação no capitalismo ocorre através de revoluções sucessivas, que são ondas de tecnologias interconectadas e interdependentes que transformam toda a economia nacional e, gradualmente, também globalmente. A revolução atual é a quinta, baseada em microeletrônica barata e dados baratos, assim como a revolução da produção em massa anterior foi baseada em petróleo e materiais baratos.

Essas revoluções começam no(s) país(es) central(is) e se espalham gradualmente pelo mundo. Ao longo do caminho, oportunidades de desenvolvimento se abrem e se fecham, dependendo das exigências de demanda dos países centrais e das capacidades e recursos dos países em desenvolvimento.

A maior parte da América Latina maximizou e explorou com sucesso a janela de oportunidade para a substituição de importações durante a maturidade da revolução da produção em massa nas décadas de 1960 e 70. Nós não fizemos – e provavelmente não poderíamos – o mesmo com a próxima oportunidade, aproveitada pelos Tigres Asiáticos, com a globalização, Tecnologias da informação e comunicação (TIC) e exportações competitivas. Agora temos uma nova janela com a reglobalização. O Brasil está particularmente bem posicionado e não deve perdê-la.

Agência de Notícias da Indústria - As transformações tecnológicas também explicam o desenvolvimento de países como o Brasil?

Carlota Pérez - Sim. O desenvolvimento de todos os países é explicado por transformações tecnológicas que se espalham dos países centrais para a periferia de maneiras diferentes. Tipicamente, é apenas quando há uma situação ganha-ganha entre

os interesses empresariais no país central e aqueles na periferia que saltos "miraculosos" podem ocorrer. Estamos agora em um momento favorável para usar a revolução das TIC, em sua atual fase de propagação, para dar um salto no Brasil. Na verdade, eu diria que o Brasil tem o potencial para se tornar o dinamo do desenvolvimento na América Latina, assim como a China fez para a Ásia. Isso também pode ser uma situação ganha-ganha. O Brasil tem recursos abundantes e capacidades acumuladas. Precisa estabelecer metas e construir um consenso público-privado para aproveitar plenamente as oportunidades e tecnologias.

Agência de Notícias da Indústria - O Brasil está na vanguarda da indústria verde devido aos seus recursos naturais. Mas como o país pode inovar para liderar o processo de transformação ecológica?

Carlota Pérez - Como você sugere, estar na vanguarda de uma indústria não é apenas ter os recursos, mas ser capaz de inovar e se tornar o mais avançado nas capacidades produtivas e tecnológicas necessárias. Por exemplo, as indústrias de mineração e agricultura estão sendo profundamente transformadas pelas TIC em todos os aspectos, desde a exploração até o processamento. Uma gama de serviços digitais está crescendo em torno das atividades de recursos naturais, aumentando sua eficiência, produtividade, segurança e sustentabilidade ambiental.

A óbvia vantagem dos países com energias renováveis abundantes é mais bem aproveitada ao avançar na cadeia de valor, não apenas para o processamento padrão (indo de matéria-prima a metais para uso final), mas também para desenvolver materiais especializados para usos específicos. Isso permite que os produtores finais aumentem sua própria produtividade e a qualidade de seus produtos com insumos "sob medida". O

Brasil possui muitos engenheiros e cientistas altamente qualificados capazes de avançar nessa direção, e tem empresas de classe mundial em muitos setores que podem servir como âncoras para ecossistemas de inovação. Tudo isso se relaciona à transição verde e também ao potencial de um salto significativo na qualidade e no valor do perfil de exportação.

Agência de Notícias da Indústria - Na sua opinião, quais são as "janelas de oportunidade" que precisam ser abertas pelos países em desenvolvimento?

Carlota Pérez - Bem, se entendermos que neste contexto uma "janela" é algo que se abre e se fecha em resposta aos interesses do mundo avançado, o que os países em desenvolvimento precisam fazer é usar a janela o mais rápido possível para aproveitá-la ao máximo. As tensões entre países tradicionalmente avançados e a China poderiam, infelizmente, levar a uma guerra ou a uma crise econômica, mas também poderiam levar ao "friendshoring" competitivo, buscando mão de obra de baixo custo para bens de consumo em alguns países e energia verde competitiva e capacidades para produtos industriais intermediários e finais em outros. Em última análise, o desenvolvimento do Sul Global é a única maneira realista de garantir uma demanda dinâmica por bens de capital, infraestrutura, bens de luxo, serviços tecnológicos e outros produtos de alta tecnologia do mundo mais avançado.

Atualmente, o Ocidente e a China estão competindo com esses produtos de alta tecnologia nos mercados um do outro. Essa é a razão das barreiras protecionistas que finalmente estão tornando possível pensar sobre política industrial em toda parte. Eles lutarão por influência em um país após o outro, e o Sul pode aproveitar suas tensões negociando com ambos os lados para obter os melhores acordos.

A reglobalização por meio do investimento em "friendshoring" é uma competição por influência e mercados potenciais. A América Latina não deve perder essa oportunidade, como fez com os Tigres Asiáticos. Quanto ao Brasil em particular, a janela está começando a se abrir para um segundo "milagre", e desta vez poderia até alcançar as primeiras posições. É hora de o governo, as empresas e a sociedade no Brasil construírem um consenso ambicioso sobre o caminho a seguir e fazer isso acontecer.

"A inovação no capitalismo ocorre através de revoluções sucessivas, que são ondas de tecnologias interconectadas e interdependentes que transformam toda a economia nacional e, gradualmente, também globalmente. A revolução atual é a quinta, baseada em microeletrônica barata e dados baratos, assim como a revolução da produção em massa anterior foi baseada em petróleo e materiais baratos"



Descubra quais são as melhores cidades grandes para viver no Brasil em 2025

Se você está buscando uma cidade para recomeçar ou investir em qualidade de vida, estas são algumas das melhores opções no Brasil

A pesquisa que definiu as melhores cidades levou em conta os baixos índices de criminalidade e boas políticas públicas na área de segurança; hospitais bem equipados, número de médicos por habitante e eficiência no atendimento.



Vista aérea da cidade de Curitiba

Por **Gabriela Minella**

Quando pensamos em qualidade de vida, diversas variáveis entram em jogo: segurança, infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e até mesmo lazer. Se você está pensando em se mudar de cidade ou simplesmente quer saber quais são as melhores opções para se viver no Brasil, este ranking das melhores cidades grandes do país pode lhe surpreender!

A pesquisa recente avaliou os principais municípios brasileiros e selecionou aqueles que oferecem o melhor equilíbrio entre desenvolvimento urbano e bem-estar. Veja abaixo os destaques.

Quais são os critérios para definir a melhor cidade?

Antes de conferir a lista, entenda quais foram os fatores que levaram essas cidades a serem escolhidas:

Segurança: Baixos índices de criminalidade e boas políticas públicas na área de segurança.

Saúde: Hospitais bem equipados, número de médicos por habitante e eficiência no atendimento.

Educação: Qualidade das escolas públicas e privadas, além do acesso ao ensino superior.

Infraestrutura: Transporte público eficiente, mobilidade urbana e planejamento inteligente.

Empregabilidade: Oportunidades de trabalho e crescimento profissional.

Lazer e Cultura: Parques, praças, opções culturais e eventos para a população.

Agora que você já sabe os critérios, confira a lista das melhores cidades:

Top 5 das melhores cidades grandes para viver no Brasil

Curitiba (PR) - A cidade modelo Curitiba continua sendo referência em qualidade de vida. Com um dos melhores sistemas de transporte público do país, infraestrutura urbana organizada e diversas áreas verdes, a capital paranaense se destaca no ranking.

Florianópolis (SC) – O paraíso entre o mar e a montanha

A capital catarinense encanta por sua beleza natural, mas também pela excelente qualidade de vida. Com índices de segurança acima da média e um mercado de trabalho aquecido, Florianópolis é uma das cidades mais desejadas para se viver.

Belo Horizonte (MG) – Tradição e modernidade

A capital mineira combina desenvolvimento econômico com uma vida cultural vibrante. Seu custo de vida acessível e a hospitalidade do povo mineiro fazem de BH um ótimo lugar para morar.

São Paulo (SP) – A cidade das oportunidades

Apesar do trânsito caótico, São Paulo se destaca pela infinidade de oportunidades de trabalho e estudo. Além disso, a cidade oferece uma das mais ricas cenas culturais do Brasil, com museus, teatros e gastronomia de alto nível.

Porto Alegre (RS) – Qualidade de vida no Sul

A capital gaúcha é reconhecida pela boa infraestrutura urbana, transporte eficiente e um dos melhores índices de educação do Brasil. Além disso, Porto Alegre tem uma cena cultural forte e diversas opções de lazer.



Pôr do sol em Campeche, Florianópolis



Pôr do sol em Belo Horizonte



Centro de São Paulo pela manhã



Porto Alegre

E ainda qualidade das escolas públicas e privadas, além do acesso ao ensino superior; transporte público eficiente, mobilidade urbana e planejamento inteligente; oportunidades de trabalho e crescimento profissional; e parques, praças, opções culturais e eventos para a população.

Por que essas cidades se destacam?

- # Alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)
- # Baixos índices de violência em comparação com outras metrópoles
- # Infraestrutura avançada para transporte e serviços públicos
- # Crescimento econômico e boas oportunidades de trabalho

Águas subterrâneas: como prolongar a vida do Aquífero Guarani?

Novo trabalho joga luz sobre o desafio global de gerir as águas subterrâneas fósseis – recarregadas há dezenas de milhares de anos – como as do Aquífero Guarani, que não recebem atenção suficiente de gestores



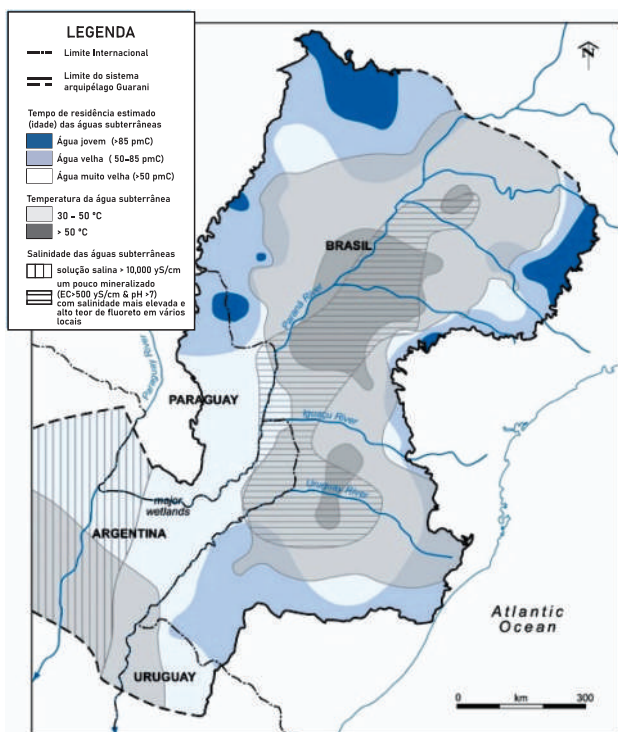
■ Do Jornal da USP

As águas fósseis do Sistema Aquífero Guarani (SAG) irão se esgotar, na ausência de uma gestão adequada no Brasil. Para especialistas do Centro de Pesquisa em Águas Subterrâneas (Cepas) da USP, prolongar o uso do SAG depende de uma gestão adaptativa baseada em estudos e monitoramento, que fomentem estratégias que integrem outras fontes de água, introduzam a recarga manejada de aquíferos, para dar sustentabilidade ao recurso.

Os atores locais, que sofrem diretamente os impactos do esgotamento dos aquíferos, devem ser integrados à governança das águas subterrâneas.

Através de uma revisão bibliográfica abrangente e da experiência de trabalho dos autores no SAG, o artigo destaca a necessidade de ampliar o monitoramento e estudar o uso de águas subterrâneas fósseis, particularmente em regiões que enfrentam custos crescentes de captação, pelo rebaixamento dos níveis do aquífero.

O Sistema Aquífero Guarani está sob o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em uma região com 15 milhões de pessoas, que usam suas águas para o consumo humano, agrícola e industrial. O estado de São Paulo é responsável por 80% das extrações, com centenas de milhares de habitantes sendo abastecidos por esta fonte, em municípios como Ribeirão Preto, Sertãozinho, São José do Rio Preto, São Carlos, Bauru e Franca. Porém, boa parte das águas do SAG são fósseis, ou seja, foram recarregadas há dezenas de milhares de anos, com lenta reposição. Assim, as extrações têm causado quedas nos níveis de água do aquífero e, se não controladas, poderão exaurir o recurso.



O artigo From global to local scale: How international experiences contribute to the fossil water management of the Guarani Aquifer System, de pesquisadores do Cepas, busca na experiência de outras regiões, como os Estados Unidos, a Espanha, o Norte da África e o Oriente Médio, ideias e contribuições para a gestão das águas fósseis do SAG no Brasil.

Através de uma revisão bibliográfica abrangente e da experiência de trabalho dos autores no SAG, o artigo destaca a necessidade de ampliar o monitoramento e estudar o uso de águas subterrâneas fósseis, particularmente em regiões que enfrentam custos crescentes de captação, pelo rebaixamento dos níveis do aquífero. O estudo enfatiza a necessidade de se avaliar cenários possíveis de extração futura, compreendendo os impactos econômicos e soluções para prolongar o tempo de vida das captações, bem como o papel da recarga artificial de aquíferos – prática quase inexistente no País.

O artigo destaca a necessidade de identificar áreas críticas de elevada extração, da ampliação dos sistemas de

gestores do SAG sobre o problema do esgotamento do aquífero, que precisaremos enfrentar no futuro próximo, a partir de ações que precisam começar agora”. Daniela Barbat, também autora do artigo, complementa: “As experiências mapeadas destacam o desafio que é gerir as águas fósseis do SAG, perante a fragmentação das responsabilidades entre órgãos governamentais, exigindo uma abordagem cooperativa envolvendo múltiplos atores sociais”.

Já Ricardo Hirata, outro de seus autores, conclui que “os aquíferos são uma conta de poupança que a natureza nos dá. Saber equilibrar o benefício dessa gigantesca acumulação com as suas extrações exige sabedoria. A gestão, baseada em uma governança justa, fará com que os benefícios do uso do aquífero sejam perenes e tenham o correto alcance social e econômico, com mínimos impactos ambientais negativos possíveis”.

O estudo deixa evidente a necessidade de aprimorar a gestão e a governança das águas fósseis no SAG para garantir a segurança hídrica no Brasil, principalmente no estado de São Paulo. A pesquisa não só contribui para o avan-

ço das ações de gestão do SAG, mas também oferece recomendações para que os formuladores de políticas e as partes interessadas possam navegar pelos desafios da exploração das águas subterrâneas fósseis. Para os autores, o trabalho ressalta a importância da colaboração internacional e das estratégias de adaptação para proteger o futuro de um dos maiores sistemas aquíferos transfronteiriços do mundo.

O trabalho é parte do Sacre, Soluções Integradas de Água para Cidades Resilientes, Projeto Temático da Fapesp que irá investigar com detalhe o uso do SAG na região de Bauru, que depende em mais de 75% desse manancial.

Um modelo de fluxo transiente está sendo preparado e soluções para prolongar o tempo de vida do SAG serão discutidas. O Sacre está pesquisando sobre soluções de engenharia, baseadas na natureza e de gestão para aumentar a segurança hídrica dos municípios paulistas, e conta com a participação da USP, Unicamp, Unifesp, UFSCar, órgãos de gestão de recursos hídricos e meio ambiente e as Universidades de Hiroshima (Japão) e Waterloo (Canadá). Para conhecer, acesse projetosacre.org.

O estudo enfatiza a necessidade de se avaliar cenários possíveis de extração futura, compreendendo os impactos econômicos e soluções para prolongar o tempo de vida das captações, bem como o papel da recarga artificial de aquíferos – prática quase inexistente no País.

Por que psicólogos passaram a integrar equipes de robótica?



Competições no Sesi têm acompanhamento frequente de psicólogos

Cuidar da saúde emocional não é mais um tabu e janeiro é o mês da conscientização sobre esse tema. No Sesi, além do acompanhamento diário nas escolas, psicólogos estão cada vez mais presentes nas competições

Por **Giovanna Chmurzynski** e **Marcella Trindade**, da Agência de Notícias da Indústria

Acrebóticos era a única equipe do Acre na temporada 23/24 da FIRST® LEGO League Challenge, a categoria de competição em robótica educacional voltada para estudantes de 9 a 15 anos. A missão de representar o estado custou caro. Autocobrança, nervosismo e ansiedade começaram a atrapalhar a preparação dos estudantes da escola Sesi Rio Branco. Até que Eucimar Moreira, professor de educação física e treinador do time, percebeu.

“Precisávamos parar e recomeçar para que o estresse não se tornasse algo incontrollável. Víamos que isso atrapalhava todo nosso trabalho e não avançávamos com novas ideias por conta do

nervosismo e pressão para termos um bom resultado para nossa escola e para o estado. Eles são muito novos, têm só 12 e 14 anos”, conta.

A saída foi convidar um psicólogo para acompanhar a equipe. A estratégia deu tão certo que o profissional agora integra oficialmente a equipe técnica que acompanhará os Acrebóticos na temporada 24/25.

Muitas vezes, é durante as competições de robótica ou na preparação para elas que crianças e adolescentes experimentam em maior intensidade, pela primeira vez, sentimentos como ansiedade, euforia, frustração, tristeza, pressão e alegria. Por isso, a adição de psicólogos ao suporte da equipe pode ser um

grande diferencial para os jovens.

“Eu observava quem estava apresentando mais nervosismo, fazia sinais para que eles respirassem para manter a calma durante os rounds e oferecia conversas mais reservadas quando precisavam”, conta Luís Eduardo Ferreira, psicólogo que vem acompanhando a Acrebóticos nos últimos sete meses de treino e na etapa qualificatória regional de competições, realizada no Pará.

Pandemia ajudou a derrubar tabus em saúde mental

Os acreanos não estão sozinhos. Numa pesquisa de 2022 conduzida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infân-

Precisávamos parar e recomeçar para que o estresse não se tornasse algo incontrollável. Víamos que isso atrapalhava todo nosso trabalho e não avançávamos com novas ideias por conta do nervosismo e pressão para termos um bom resultado para nossa escola e para o estado. Eles são muito novos, têm só 12 e 14 anos”



Acrebóticos foi a primeira equipe de robótica que representava o estado nas competições

cia (Unicef) com 7,8 mil brasileiros de até 19 anos, 54% disseram ter ansiedade, depressão e preocupação com o retorno às atividades presenciais após a pandemia de Covid-19. Metade até sentiu a necessidade de pedir ajuda, mas não seguiu adiante por insegurança ou falta de vontade.

Quando a ajuda está disponível, é meio caminho andado. A presença do psicólogo foi uma experiência nova para Maria Clara Rezende, 12 anos, da Acrebóticos. Apesar de parecer tranquila e tímida, a aluna conta que a ansiedade toma conta de todos durante as competições. Com apoio dos adultos, eles conseguem manter o foco. “Ter o nosso psicólogo e o técnico ao nosso lado o tempo todo faz muita diferença, nos sentimos

mais confiantes”, disse a jovem competidora.

Robótica é oportunidade de trabalhar conteúdos e emoções

Como organizador da maior competição de robótica educacional do país, o Serviço Social da Indústria (Sesi) quer que as competições e a tecnologia em sala de aula sejam usados não só para a formação intelectual dos alunos, mas também para as habilidades sociais e maturidade emocional deles.

“A robótica educacional vai muito além de ensinar tecnologia. Para nós, o aprendizado só é pleno quando acompanhado de bem-estar emocional. Por isso, acompanhamos o tema, investimos em

práticas que promovem a saúde mental, criando ambientes seguros e acolhedores, nos quais o desenvolvimento acadêmico e humano caminham juntos”, reforça o superintendente de Educação do Sesi, Wisley Pereira.

É por volta dos 14 anos, faixa etária desses estudantes, que 50% dos potenciais transtornos mentais têm início, de acordo com o relatório Caminhos em Saúde Mental de 2021, do Instituto Cactus – organização filantrópica e sem fins lucrativos especializada na conscientização sobre cuidados com a saúde mental, tanto por capacitações e intervenções comunitárias, quanto por pesquisas para embasar ferramentas e inovações psicossociais como esse relatório.



Daniela (de preto agachada) acompanhou as equipes no mundial de robótica em Houston

Por isso, junto com os outros pilares das nossas vidas – família, amigos e outros –, a escola tem um papel crucial para ajudar a identificar esses desconfortos emocionais.

Em São Paulo, uma equipe de 20 psicólogos atende as 142 escolas do Sesi e acompanha os estudantes, realizando esse trabalho preventivo e de intervenção quando necessário.

A psicóloga e supervisora de Saúde e Inclusão do Sesi-SP, Daniela Oliveira Andriollo, explica que as iniciativas são contínuas para todas as idades e independentemente de aulas e conteúdos curriculares específicos. "A psicologia educacional é aplicada de forma transversal ao longo dos anos escolares. Observamos as características individuais dos estudantes, o contexto em que estão inseridos, os acontecimentos do mundo, e adaptamos os

métodos para que todos aprendam tanto competências técnicas quanto socioemocionais", afirma Daniela.

Graças à metodologia, o trabalho se estende aos competidores dos torneios de robótica naturalmente. A especialista conta que, durante as aulas e treinos, além das questões específicas do tema, há momentos de reflexão sobre experiências pessoais, emoções, autoconhecimento e colaboração. Técnicos e professores também contam com apoio psicológico.

"Cada jovem tem um estilo próprio de aprender – alguns são mais reservados, enquanto outros são mais extrovertidos. Cabe ao técnico identificar essas características e orientá-los de forma tranquila, divertida e focada no aprendizado. É preciso ter um olhar atento e empático", destaca Daniela, que foi con-

vidada pelo Sesi-SP para acompanhar as equipes classificadas para o mundial de Houston em 2024.

Durante a viagem, para manter a conexão com os estudantes, a equipe técnica adotou medidas para reforçar o trabalho já realizado, como: uma roda de conversa antes do início do mundial, visitas aos stands para oferecer apoio moral após os treinos e rodadas, além de diálogos pontuais quando algum estudante demonstrava necessidade.

"Quando eles retornavam desanimados após algumas rodadas, receosos de que algo não saísse como o planejado, oferecíamos acolhimento e os lembrávamos do que já haviam conquistado e até onde chegaram. Nós éramos a rede de apoio deles", conclui Daniela.

Diálogo com a família é fundamental

Durante a preparação para as competições, os estudantes dedicam mais tempo aos treinos, criando expectativa tanto neles quanto nas famílias. Como o resultado pode não ser o esperado, os profissionais também identificaram a importância de dialogar com os familiares.

“Neste ano vamos fazer uma abordagem mais próxima às famílias, para que eles compreendam o que são esses momentos de competição. Os pais pressionam, até mesmo sem querer, o filho que está em processo de desenvolvimento e isso pode se acumular de uma forma não tão leve”, destaca o psicólogo Luís Eduardo.

Além disso, esse contato é fundamental para que os profissionais conheçam o contexto de vida do estudante, já que ficarão longe das famílias e passarão por mudanças de rotina quando viajarem para os torneios nacionais e internacionais.

Letícia Cruz, que também compõe a supervisão de Saúde e Inclusão Escolar do Sesi-SP, explica que entender a realidade do aluno faz parte para que o psicólogo o ajude a desenvolver estratégias de autoconhecimento e perceba possibilidades de apoio a sua saúde mental.

“É importante que eles tenham conhecimento da sua rede de apoio e não abduquem de aspectos básicos de suas rotinas, o que pode causar uma sobrecarga em relação a vivência dos torneios”, conclui.

Janeiro Branco

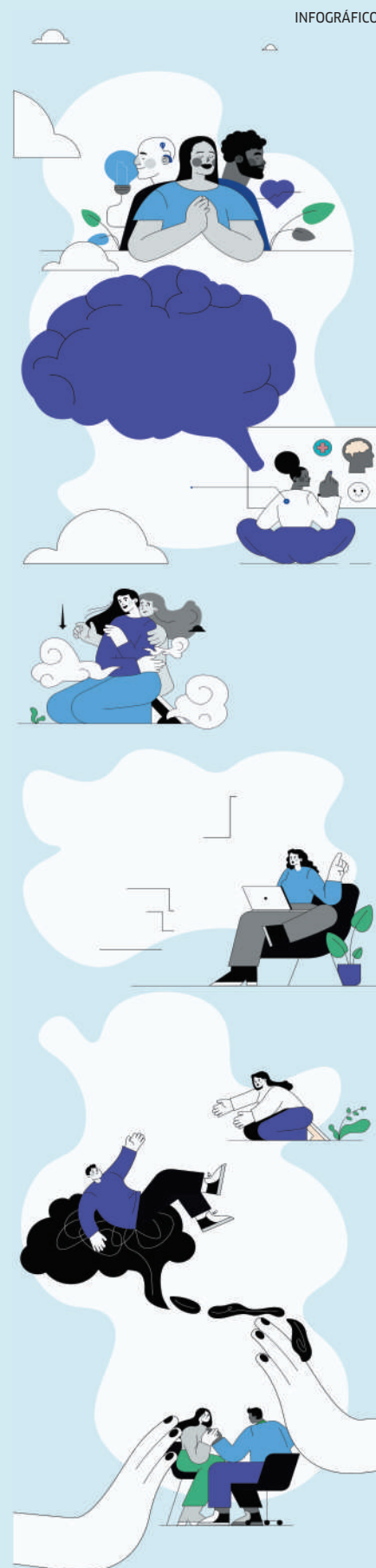
O Janeiro Branco foi idealizado em 2014 pelo psicólogo Leonardo Abrahão, de Minas Gerais. Ele criou a campanha com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da saúde mental, promovendo reflexões e ações para melhorar a qualidade emocional de vida. Inspirado no simbolismo de recomeços que o mês de janeiro carrega,

“

A robótica educacional vai muito além de ensinar tecnologia. Para nós, o aprendizado só é pleno quando acompanhado de bem-estar emocional. Por isso, acompanhamos o tema, investimos em práticas que promovem a saúde mental, criando ambientes seguros e acolhedores, nos quais o desenvolvimento acadêmico e humano caminham juntos”

Leonardo escolheu o nome para representar uma “folha em branco” onde todos podem escrever novas histórias. Desde então, a campanha ganhou força e é amplamente promovida em várias partes do Brasil.

Dados recentes mostram que o Brasil lidera o ranking mundial de transtornos de ansiedade, com 9,3% da população afetada, o que equivale a cerca de 18 milhões de brasileiros. A depressão também é uma preocupação crescente, agravada pelo impacto da pandemia de Covid-19, que levou a um aumento de 25% nos casos de transtornos mentais no país, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).



O complexo da Exygen I, em São Miguel dos Campos, vai produzir multicomcombustível de baixo carbono, entre eles, etanol de segunda geração, a partir de resíduos de açúcar.



“É pra ontem a gente descarbonizar, promover energia renovável, salvar o planeta”, diz Alckmin

Vice-presidente participou em Alagoas de inauguração de complexo de refino de combustíveis sustentáveis. Investimentos são de R\$ 1,5 bilhão nos próximos quatro anos. E citou Djavan: “Cuidar pra não acabar”

Da Agência Gov

P“O mundo é lindo, mas não é infindo. Temos que cuidar pra não ver acabar”. A frase de Djavan, um alerta ambiental, abriu a fala do vice-presidente, Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em evento de inauguração de um complexo de biorrefinarias em Alagoas – terra do compositor da canção Beleza Destruída, citada pelo ministro.

“É fundamental, é pra ontem, a gente descarbonizar, promover a energia renovável, salvar o planeta. Não apenas pra nós de maneira egoísta, mas para nossos filhos, netos e netos dos nossos netos. Nós temos que ter compromisso com as

gerações futuras”, afirmou. “E a gente fica feliz de ver aqui uma energia limpa, de carbono neutro, ser produzida em São Miguel dos Campos. E promovendo emprego, renda, melhorando a vida da população”, acrescentou Alckmin.

No complexo estão previstos investimentos de R\$ 1,5 bilhão, nos próximos quatro anos, para transformar a unidade, que já funciona em Alagoas, em biorrefinaria de baixo carbono. A expectativa é que a operação completa da Exygen I gere 510 empregos diretos e mais de 1.200 postos de trabalho durante as obras das fases subsequentes.

“É fundamental, é pra ontem, a gente descarbonizar, promover a energia renovável, salvar o planeta. Não apenas pra nós de maneira egoísta, mas para nossos filhos, netos e netos dos nossos netos. Nós temos que ter compromisso com as gerações futuras”

No evento, com autoridades locais e funcionários da empresa, também foi lançada a pedra fundamental do projeto de biogás em Alagoas, para produção de biometano, e-Metano e CO₂ biogênico, matérias-primas usadas na produção industrial de diversos produtos. O projeto é resultado da união da Granbio, Usina Caeté, Impacto Bioenergia e Usina Santo Antônio.

“Esse investimento, ele se conecta ao que há de mais moderno na geração de energia no mundo, que é gerar energia emitindo baixo carbono ou zero carbono, ou até carbono negativo”, acrescentou o ministro dos Transportes, Renan Filho, enfatizando que a Pasta também tem iniciativas com o mesmo objetivo. “Nós também temos iniciativas na mesma direção, na direção da descarbonização, nós constituímos agora os corredores azuis para levar abastecimento a gás natural líquido para caminhões de carga, o que permite a redução de até 30% da emissão de carbono, e temos diversas outras iniciativas nessa direção que se conectam bastante com esse projeto”, disse.

Transição energética limpa

O governador de Alagoas, Paulo Dantas, reforçou que o estado está trabalhando para construir uma transição energética limpa com incentivos fiscais. “A matriz energética de Alagoas é composta por 82% de fontes renováveis, quase o dobro da média nacional, de acordo com o balanço energético de Alagoas. Esse desempenho reforça a nossa posição de destaque como um dos líderes nacionais na promoção da descarbonização responsável aliada ao desenvolvimento sustentável”, afirmou.

Na cerimônia de inauguração, o CEO da Granbio, Bernardo Gradin, ressaltou o bom ambiente de negócios promovido no país. “É um projeto de coragem empresarial e de compromisso de cidadania com a mudança climática, e não seria possível que o investimento acontecesse se o arcabouço legal e a segurança jurídica



“E a gente fica feliz de ver aqui uma energia limpa, de carbono neutro, ser produzida em São Miguel dos Campos. E promovendo emprego, renda, melhorando a vida da população”

e a confiança nos governantes e no Estado não estivessem presentes”, afirmou, acrescentando que os investimentos são fruto da segurança jurídica, do ambiente de competitividade, e da capacidade de ver a inovação como algo que gera emprego e desenvolvimento.

“(Podemos produzir) o metano neutro em carbono aqui e vender para qualquer cliente no Brasil graças ao arcabouço legal criado com a lei dos combustíveis do futuro e do arcabouço do biometano. Quando a lei certa e séria aparece e a segurança jurídica é estabelecida, o investimento aparece”, acrescentou, lembrando de leis sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a promoção da descarbonização.

Entre as leis está a do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/2024), que prevê entre outros o aumento da mistura do biodiesel ao óleo diesel e de etanol na gasolina, e a lei do Hidrogênio verde (Lei 14.948/2024), que estabelece o marco legal para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono no Brasil.

Exygen I

O complexo prevê a produção anual

de 160 milhões de litros de etanol neutro em carbono a partir de 2026, que utilizará resíduos do açúcar como matéria-prima, e de 50 milhões de m³ de biometano por meio da vinhaça (resíduo líquido resultante da destilação do caldo da cana-de-açúcar).

A planta tem capacidade instalada para produção de 600 metros cúbicos de etanol de baixo carbono por dia e pretende garantir a produção contínua de etanol nos 12 meses do ano a partir de 2026, quando viabilizará também a produção e distribuição contínuas de biogás. A próxima etapa do projeto inclui, segundo a empresa, a produção de biogás e CO₂ biogênico – dióxido de carbono originado da decomposição de matéria orgânica –, a produção de biofertilizantes e com uma expansão futura para a produção de e-Metano, um combustível sintético de última geração que atenderá a setores de difícil eletrificação, como o transporte marítimo.

O evento de lançamento da Exygen I, sediada em São Miguel dos Campos, contou com a presença do prefeito de São Miguel dos Campos, George Clemente, além do ministro dos Transportes, Renan Filho; do governador de Alagoas, Paulo Dantas; e de empresários e autoridades locais.

“Congresso Nacional é fundamental para o crescimento econômico”, diz Alban



■ Por Diego Abreu,
da Agência de Notícias da Indústria

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirmou que o segmento industrial buscará cada vez mais uma atuação conjunta com o Poder Legislativo em prol da aprovação de projetos importantes para a indústria e para o desenvolvimento nacional. A declaração foi feita durante a abertura do Seminário de Construção da Agenda Legislativa da Indústria, ocorrido em 4 de fevereiro, na sede da CNI.

“O Congresso Nacional é fundamental. O processo de convergência é contínuo e temos que fazer a nossa parte. A CNI fará isso de forma incansável sem nenhuma posição política e partidária, como tem de ser. Não há desenvolvimento sustentável sem crescimento econômico”, pontuou Alban.



Em 2025, a Agenda Legislativa da Indústria completa 30 anos. A publicação, que se consolidou como um marco importante na história da representação empresarial, é resultado do trabalho e da dedicação das 27 federações estaduais da indústria, de mais de 100 associações setoriais, além de sindicatos nacionais da indústria. A Agenda vai ser lançada no dia 25 de março, em sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados.

O presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira, destacou que a relação da CNI com o Congresso Nacional vem evoluindo a cada ano. Para ele, a Agenda Legislativa tem se tornado ferramenta indispensável para informar e mobilizar parlamentares em relação aos temas mais importantes para o segmento no Legislativo. “A gente está avançando muito nessa relação de integração, bus-



Presidente da CNI participou da abertura do Seminário de Construção da Agenda Legislativa da Indústria ao lado de parlamentares. Para ele, não há desenvolvimento sustentável sem crescimento econômico.

cando um resultado positivo para a indústria e para o Brasil”, disse.

O diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, alertou, por sua vez, que o processo de construção da agenda envolve um minucioso trabalho da equipe técnica da CNI integrado a toda base industrial. Ele observou que mais de 8 mil projetos legislativos foram analisados e que, ao fim do processo, o documento terá pouco mais de 100 projetos que serão acompanhados de perto pela CNI.

“Precisamos buscar junto às empresas e associações uma atuação sempre conjunta e o melhor posicionamento técnico sobre cada assunto. Este ano teremos muitos desafios”, afirmou Muniz. Ele referiu-se a proposições importantes que devem ser apreciadas pelo Congresso Nacional, como a regulação da reforma tributária, o novo marco para o licenciamento ambiental, a nova

lei de Inteligência Artificial, a instituição do sistema brasileiro de crédito à exportação, a modernização do setor elétrico, entre outros projetos.

Temas importantes para 2025

Depois da abertura do seminário, foi realizado um debate com seis parlamentares sobre os temas relevantes da pauta do Congresso Nacional em 2025. Estiveram na mesa os senadores Eduardo Gomes (PL-TO), Efraim Filho (União-PB) e Laércio Oliveira (PP-SE); e os deputados federais Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), José Guimaraes (PT-CE) e Agnaldo Ribeiro (PP-PB).

Entre os temas debatidos destacaram-se a reforma tributária, reforma da renda, reforma administrativa, lei das concessões, nova lei da Inteligência Artificial, a nova composição das mesas diretoras e das comissões da Câmara e do

Senado, entre outros assuntos de interesse da indústria e do país.

O que é a Agenda Legislativa da Indústria?

Imagina se cada empresário do país que tivesse uma reivindicação precisasse disputar um espaço na agenda dos deputados e senadores para levar seus pleitos? Impossível, né? Ainda mais se eu lhe falar que existem mais de 930 mil empresas industriais no país.

É para permitir que as vozes de todos esses empresários sejam ouvidas que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criou, há 30 anos, a Agenda Legislativa da Indústria - um documento elaborado anualmente com a contribuição de sindicatos, associações e federações que reúne as principais pautas do setor.

FAB sai na frente em defesa militar com seu míssil supersônico nacional



Com velocidade que ultrapassa os 4 mil km/h, o míssil da Força Aérea Brasileira está mudando o poder militar do país

■ Por **Valdemar Medeiros**, do CPG

O míssil MAA-1 Piranha, uma das maiores conquistas tecnológicas da Força Aérea Brasileira (FAB), representa um marco na defesa aérea do Brasil. Totalmente desenvolvido no país, o míssil supersônico nacional foi criado com o intuito de substituir o AIM-9B Sidewinder e atingir autonomia estratégica na produção de armamentos. Com velocidade impressionante de 4.321 km/h, o míssil brasileiro garante eficiência e precisão única, fortalecendo a posição da FAB

Força Aérea Brasileira (FAB) sai na frente em defesa militar com seu míssil supersônico nacional. Com velocidade que ultrapassa os 4 mil km/h, o míssil brasileiro está mudando o poder militar do país.

entre as melhores forças aéreas do mundo.

Míssil supersônico nacional consegue ter o dobro de autonomia e velocidade

A trajetória do projeto do míssil brasileiro teve início na década de 1970, passando por vários desafios tecnológicos e econômicos. Apenas na década de 90, após anos de pesquisa, testes e reestruturações, o míssil supersônico nacional foi finalmente homologado.

O equipamento, que conta com sistemas optrônicos avançados e guiado

por infravermelho, conta com uma capacidade de manobra de 45 g, tornando-se uma arma formidável contra alvos aéreos de alta mobilidade.

Além disso, o MAA-1B Piranha, uma versão melhorada do modelo inicial, conta com especificações superiores, como autonomia de 10 km, altitude máxima de 8 km e uma ogiva altamente explosiva de 14 kg.

Comparado a outro míssil em uso no Brasil, chamado de RBS 70, o Piranha apresenta quase o dobro de autonomia e velocidade, sendo capaz de interceptar alvos com maior eficácia e altitudes maiores.

Desafios para a chegada do míssil supersônico nacional

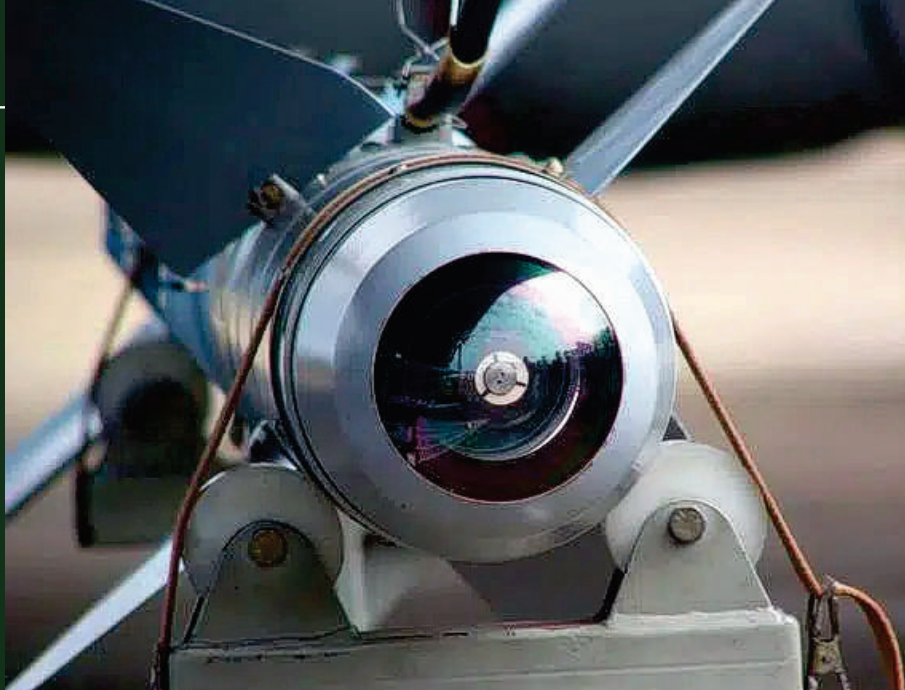
O projeto da Força Aérea Brasileira passou por muitos obstáculos ao longo de sua história. Durante a década de 80, a crise no Brasil impactou diretamente o avanço do míssil brasileiro, levando ao encerramento de parcerias industriais essenciais para sua fabricação.

Em 1994, a empresa Mectron assumiu o desenvolvimento do projeto, atualizando componentes e usando novas tecnologias para ultrapassar as limitações anteriores.

Testes realizados em 1996 mostraram fragilidades nos componentes do míssil brasileiro da FAB, exigindo ajustes e melhorias contínuas. Contudo, o esforço gerou uma arma altamente eficiente, homologada para uso em caças F-5E e outros aviões da Força Aérea Brasileira, como os A-29 e A-1.

Com seu design compacto e peso melhorado, o míssil se tornou o único, além do Sidewinder, a ser certificado para instalação nas pontas das asas do F-5E, sem comprometer o desempenho do avião.

A inovação do míssil supersônico nacional está em seu detector de infravermelho de banda dupla, que possibilita maior precisão e resistência a contramedidas, como o uso de flares pelos inimigos.



Esse recurso coloca o míssil brasileiro no mesmo nível de modelos consagrados internacionalmente, como o AIM-9-X. Apesar disso, especialistas mencionam que uma atualização na ogiva, com o uso de uma versão fragmentária de 2 kg, poderia ampliar ainda mais seu desempenho.

Entenda a importância do míssil supersônico nacional

O Piranha não apenas modernizou a capacidade de defesa da Força Aérea Brasileira (FAB), mas também representa um marco no avanço da indústria militar do país. Ele foi desen-

volvido para ser usado em múltiplas plataformas, incluindo sistemas navais e terrestres, expandindo sua versatilidade e contribuindo para a proteção do espaço aéreo nacional.

Apesar de o país passar por limitações em orçamento para a produção em larga escala do míssil brasileiro, o projeto abriu caminhos para novas iniciativas, como o desenvolvimento de um míssil antirradiação. A experiência adquirida com o Piranha consolidou a capacidade da FAB de inovação no setor de defesa, atraindo parcerias com empresas de outros países e fortalecendo a posição do Brasil como um player estratégico no cenário global.

Distrito Federal e 5 estados gastaram R\$ 7,7 bilhões em 2023 na fracassada guerra às drogas



Estudo mostra que, com este orçamento, poderiam ter sido construídas 954 escolas públicas e feita a manutenção de 400 UPAs

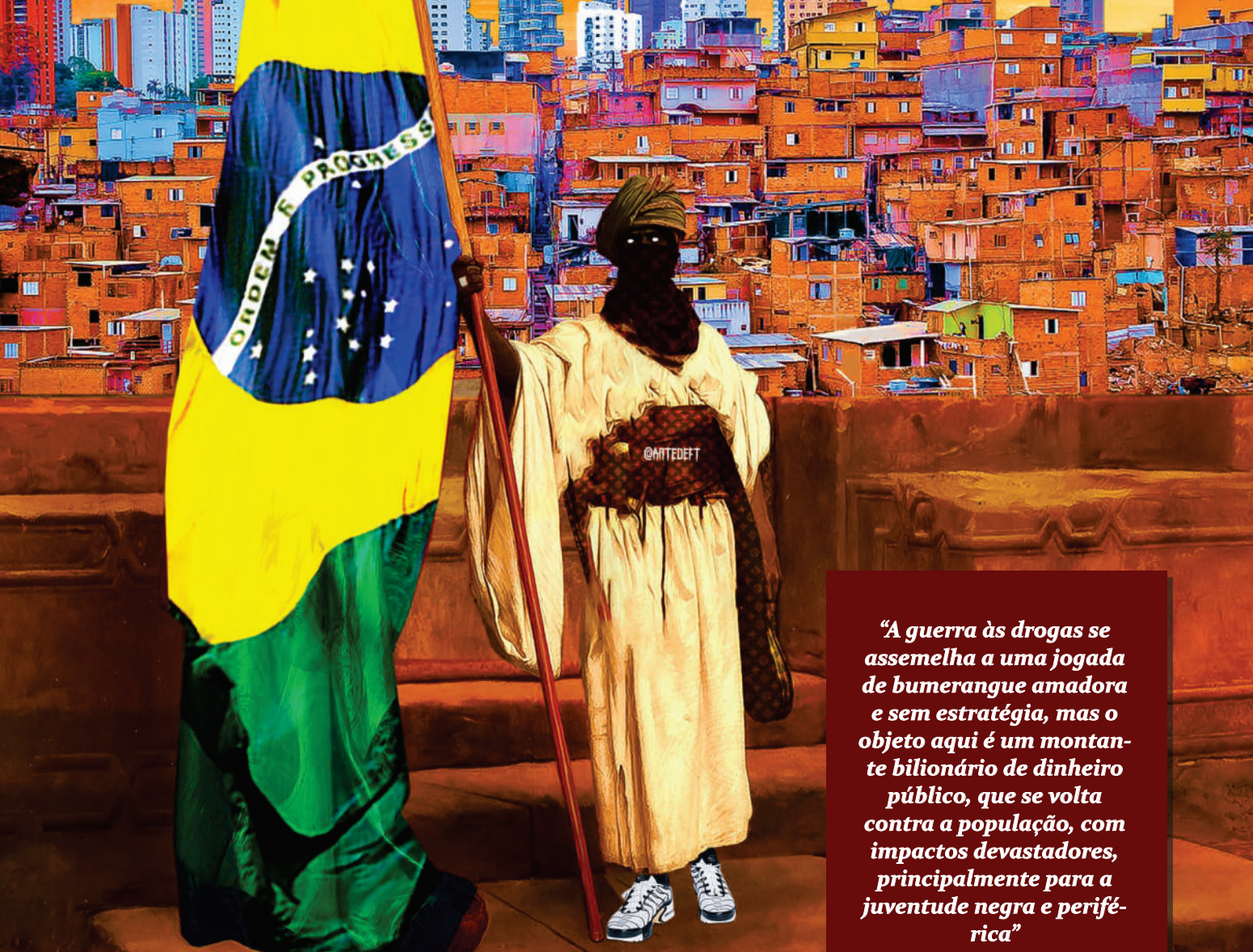
Por **Oscar Valporto**, do ODS

Levantamento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) revela que o Distrito Federal e os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Santa Catarina consumiram R\$ 7,7 bilhões de seu orçamento na implementação da Lei de Drogas (11.343/2006). Mais da metade dos gastos dessa política de 'guerra às drogas' foi para as Polícias Militares e os Sistemas Penitenciários – sem que fosse registrada qualquer significativa redução das atividades criminosas ligadas ao tráfico nem qualquer resultado do encarceramento em massa.

“As polícias militares fazem operações muito custosas para o Estado e que devastam a vida e o futuro de milhares de jovens negros das periferias, seja pela letalidade da sua ação, seja pelo encarceramento ou pelas limitações impostas à vida cotidiana, como a impossibilidade de ir à escola ou a um centro de saúde”

O estudo “Efeito Bumerangue: o custo da proibição das drogas” revela ainda que, juntos, Bahia, Distrito Federal, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo gastaram quase R\$ 1 bilhão com o Sistema Socioeducativo em 2023, em privação e restrição de liberdade de adolescentes por infrações relacionadas à Lei de Drogas. A pesquisa inaugura a nova etapa do projeto Drogas: Quanto Custa Proibir, que amplia o território de análise sobre os impactos sociais e econômicos provocados pela chamada guerra às drogas.

“As polícias militares fazem operações muito custosas para o Estado e que devastam a vida e o futuro de milhares de



“A guerra às drogas se assemelha a uma jogada de bumerangue amadora e sem estratégia, mas o objeto aqui é um montante bilionário de dinheiro público, que se volta contra a população, com impactos devastadores, principalmente para a juventude negra e periférica”

jovens negros das periferias, seja pela letalidade da sua ação, seja pelo encarceramento ou pelas limitações impostas à vida cotidiana, como a impossibilidade de ir à escola ou a um centro de saúde. Em resumo, sob qualquer ponto de vista o custo da proibição também significa um prejuízo imenso para a sociedade”, afirma Julita Lemgruber, socióloga e coordenadora do CESeC.

Os responsáveis pelo estudo explicam que seu nome foi inspirado no movimento de um bumerangue, objeto que é arremessado com o objetivo de regressar na direção de quem o lançou, mas, apesar de aparentemente ser uma jogada calculada, pode ter efeitos imprevistos, com uma trajetória diferente da esperada. “A guerra às drogas se assemelha a uma jogada de bumerangue amadora e sem estratégia,

mas o objeto aqui é um montante bilionário de dinheiro público, que se volta contra a população, com impactos devastadores, principalmente para a juventude negra e periférica”, destaca a socióloga Julita Lemgruber, coordenadora do CESeC e do projeto Drogas: Quanto Custa Proibir.

Com experiência na área pública como diretora do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro entre 1990 e 1994 e ouvidora da Polícia em 1999 e 2000, ela destaca os efeitos dessa política de guerra às drogas. “Como um efeito bumerangue, vemos as ações de todo o sistema de justiça destinadas a reprimir a circulação e o consumo de drogas se voltarem contra a população, aumentando a vulnerabilidade de territórios e corpos historicamente afetados pela violência do Estado e pela precariedade dos serviços

públicos”, acrescenta Julita.

O projeto Drogas: Quanto Custa Proibir vem, desde 2019, discutindo os impactos sociais e econômicos provocados pela chamada guerra às drogas, escolha política baseada no enfrentamento bélico ao varejo das substâncias consideradas ilícitas, que se consolidou no Brasil e no mundo. “A ‘guerra às drogas’, enquanto estratégia de segurança pública, frequentemente se materializa em operações policiais – promovidas pelas polícias em favelas e periferias – que nem são capazes de dismantlar as organizações criminosas, nem diminuem a circulação e o comércio de substâncias psicoativas nas grandes cidades do país”, destaca o documento do CESeC.



“Como um efeito bumerangue, vemos as ações de todo o sistema de justiça destinadas a reprimir a circulação e o consumo de drogas se voltarem contra a população, aumentando a vulnerabilidade de territórios e corpos historicamente afetados pela violência do Estado e pela precariedade dos serviços públicos”

Diferenças entre estados

Essa nova fase do projeto busca ampliar a análise de custo da primeira etapa – Um Tiro no Pé, publicada em 2021 com base em dados de 2017 – que buscou calcular o custo orçamentário da implementação da lei de drogas para o Sistema de Justiça Criminal apenas nos estados do Rio e São Paulo. Para o Efeito Bumerangue, a pesquisa selecionou unidades para que todas as regiões estivessem representadas: Bahia (Nordeste), Pará (Norte) Santa Catarina (Sul) e o Distrito Federal (Centro-Oeste). No próximo ano, o CESeC pretende alcançar todos os estados da federação com o projeto Drogas: Quanto Custa Proibir.

O novo estudo está dividido em três seções: a análise de especialistas em segurança pública sobre os diferentes contornos da política de drogas e segurança nas seis unidades da federação selecionadas; a descrição detalhada da metodologia utili-

zada para mensurar a proporção do trabalho das instituições – Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Sistemas Penitenciário e Socioeducativo – com a aplicação da Lei de Drogas; e, finalmente, o custo da aplicação da lei por unidade da federação, com a demonstração de quanto do trabalho de cada instituição é destinado para implementar tal legislação.

O estudo revela diferenças muito significativas na comparação dos gastos de todo o fluxo do Sistema de Justiça Criminal entre as unidades federativas. O indicador da Polícia Militar, por exemplo, reflete as ocorrências registradas durante ações de patrulhamento e/ou flagrantes: na Bahia, 26,3% dos casos estão relacionados à Lei de Drogas, enquanto nos outros estados e no Distrito Federal esse dado varia entre 3,5% (RJ) e 8,2% (PA). O trabalho do CESeC aponta também que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, 40% do total dos adolescentes atendidos pelos sistemas

socioeducativos cumpre medidas de restrição e privação de liberdade por atos análogos aos crimes previstos na Lei de Drogas; no Pará, entretanto, a situação é inversa, representando apenas 3,9% do total de jovens nessas instituições. O estudo destaca ainda que o gasto da Bahia para manter todo o sistema de proibição de drogas é 46,5% maior que o do Rio de Janeiro.

A estratégia adotada para calcular o custo da implementação da Lei de Drogas pelo Sistema de Justiça Criminal das seis unidades da federação selecionadas seguiu três etapas: estimar a fração do trabalho de cada instituição dedicada à aplicação da legislação; levantar as despesas liquidadas das instituições estaduais analisadas, em 2023; e calcular o custo da proibição das drogas para cada instituição estimando em suas despesas a proporção do trabalho dedicado à aplicação da lei. Todos os indicadores foram construídos a partir de informações oficiais fornecidas pelas instituições, via Lei de Acesso à Informação – foram 138 pedidos para o estudo – ou disponíveis nos sites dos governos.

Gastos subestimados nas PMs

De acordo com o levantamento, os gastos das PMs das seis unidades com a implementação da Lei de Drogas chegaram a R\$ 2,5 milhões, em 2023 – o maior entre todas as instituições. Entretanto, os responsáveis pelo estudo lembram que parte do trabalho direcionado aos crimes relativos às drogas pelas PMs não é registrada ou publicada: ações cotidianas de revistas nas ruas, por exemplo, só resultam em registros formais quando alguma quantidade de droga é apreendida.

Também não existem informações oficiais sobre o custo das operações policiais, o que subestima o valor total do real impacto da implementação da Lei de Drogas nessas corporações. “O processo que já começa com pouca transparência compromete todo o sistema. As polícias militares fazem operações muito custosas para o

“A ‘guerra às drogas’, enquanto estratégia de segurança pública, frequentemente se materializa em operações policiais – promovidas pelas polícias em favelas e periferias – que nem são capazes de dismantelar as organizações criminosas, nem diminuem a circulação e o comércio de substâncias psicoativas nas grandes cidades do país”



Estado e que devastam a vida e o futuro de milhares de jovens negros das periferias, seja pela letalidade da sua ação, seja pelo encarceramento ou pelas limitações impostas à vida cotidiana, como a impossibilidade de ir à escola ou a um centro de saúde. Em resumo, sob qualquer ponto de vista o custo da proibição também significa um prejuízo imenso para a sociedade”, ressalta a socióloga Julita Lemgruber.

Os custos do encarceramento também são significativos: são pelo menos R\$ 2 milhões para o sistema penitenciário em cinco unidades da federação (Santa Catarina ficou de fora porque o orçamento dos sistemas penitenciário e socioeducativo é o mesmo). Não é à toa: no primeiro estudo sobre o impacto orçamentário da Lei de Drogas no Sistema de Justiça Criminal foi identificado que, nas penitenciárias do Rio de Janeiro, 30,2% dos presos cumpriam pena por crimes relacionados a drogas, enquanto em São Paulo o número correspondia a 37,2%.

Este estudo – Um Tiro no Pé – revelou o gasto de R\$ 5,2 bilhões com a implementação da Lei de Drogas apenas em São Paulo e Rio de Janeiro em 2017. A segunda etapa, Tiros no Futuro, demonstrou que 74% das escolas cariocas vivenciaram pelo menos um tiroteio com presença dos agentes de segurança em seu entorno em 2019,

TABELA 9 - DESPESAS COM A APLICAÇÃO DA LEI DE DROGAS POR UNIDADE FEDERATIVA (EM REAIS) - 2023

Instituição	Bahia	Distrito Federal	Pará	Rio de Janeiro	Santa Catarina	São Paulo	Total
Polícia Militar	965.755.827	224.737.099	168.006.417	288.918.787	112.583.388	763.639.217	2.523.640.736
Polícia Civil	96.005.805	194.881.094	46.721.532	107.495.981	45.560.046	461.758.943	952.423.402
Ministério Público	32.450.563	30.962.546	24.251.183	49.268.846	39.824.459	83.571.939	260.329.536
Defensoria Pública	14.863.244	7.383.511	4.216.176	10.142.545	6.249.012	41.395.473	84.249.962
Tribunal de Justiça	112.685.635	100.900.292	42.941.199	120.164.575	100.316.926	439.003.841	916.012.468
Sistema Penitenciário	108.229.007	77.237.784	89.023.936	187.837.620	321.674.510	1.273.719.486	2.057.722.342
Sistema Socioeducativo	10.800.918	65.805.154	5.174.464	151.115.438		673.949.082	906.845.056
Total	1.340.790.998	701.907.481	380.334.907	914.943.793	626.208.341	3.737.037.982	7.701.223.502

o que prejudica o desempenho escolar e a renda futura dos estudantes. Saúde na Linha de Tiro, terceira etapa, analisou o impacto da guerra às drogas na saúde e no acesso aos equipamentos públicos de saúde para os moradores de favelas cariocas. Num estudo mais econômico do ciclo

de pesquisas, Favelas na Mira do Tiro estimou um prejuízo anual de R\$ 14 milhões para moradores e de R\$ 2,5 milhões para comerciantes em apenas dois complexos de favelas cariocas como consequência da violência provocada por agentes de segurança pública.

A jornada da descarbonização da indústria têxtil e de confecção



Por **Fernando Valente Pimentel**
e **Camila Zelezoglo**

O recente lançamento da Liga de Descarbonização pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) marca um passo significativo no percurso do setor em sua jornada, cada vez mais enfática, rumo à produção e consumo sustentáveis. Tal movimento apresenta um cenário promissor para o futuro da moda e alinha a atividade às exigências globais de redução de emissões de gases de efeito estufa. Também contribui para o posicionamento do Brasil como líder emergente na agenda das mudanças climáticas.

O Brasil apresenta condições únicas, que o colocam em posição privilegiada quanto às emissões globais. Com matriz energética predominantemente renovável, composta majoritariamente por hidrelétricas, e com avanços notáveis em geração eólica e solar, tem um ativo ambiental incomparável.

Atualmente, de acordo com o Balanço Energético Nacional, 74% das energias consumidas pela indústria têxtil e de confecção brasileira são de origem renovável, sendo 67% provenientes da eletricidade e 7%, de biomassa. O gás natural representa 21% do consumo do setor. É neste último item que se faz necessária avaliação de

possibilidades de substituição para redução de emissões. A legislação nacional, aliada à nossa matriz energética limpa, proporciona um diferencial competitivo crucial para a indústria têxtil e de confecção, que deve aproveitar essas vantagens para se consolidar no mercado global, o qual demanda de maneira crescente responsabilidade socioambiental dos produtos consumidos. Nesse sentido, também cabe mencionar que o setor conta com cerca de quatro mil empresas certificadas, que garantem práticas socialmente justas e responsáveis. Ademais, o Brasil também é detentor da maior safra de algodão certificado do mundo.

Para se destacarem no mercado nacional e global, as empresas precisam investir em inovação e tecnologia e garantir uma governança eficaz e um engajamento real na agenda de sustentabilidade. A pressão por transparência e o combate ao greenwashing são pontos críticos que exigem atenção contínua.

A Liga de Descarbonização é um passo nessa direção, já que incentiva as empresas do setor têxtil e de confecção a publicarem seus Inventários de Gases de Efeito Estufa. Estes são importantes ferramentas de identificação de possibilidades de redução das emissões, seja por meio da

adoção de novas tecnologias ou aumentando a eficiência no uso de recursos para produção.

No horizonte, a 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em Belém do Pará, em novembro de 2025, representa uma oportunidade ímpar para demonstrar o comprometimento do País com a redução das emissões de gases de efeito estufa. Será um importante espaço para evidenciar os diferenciais da indústria têxtil e de confecção brasileira.

A jornada rumo à sustentabilidade é oportunidade única para o setor. Com um histórico de compromisso ambiental, arcabouço regulatório adequado e uma posição estratégica, o Brasil tem tudo para liderar globalmente essa agenda, mostrando ao mundo que a combinação de tradição e inovação pode resultar em uma indústria têxtil e de confecção cada vez mais responsável e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios da governança ambiental, social e corporativa (ESG).

***Fernando Valente Pimentel é diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).**

***Camila Zelezoglo é coordenadora de Sustentabilidade e Inovação da Abit.**

JORNAL DO ÔNIBUS



29 anos

Rodando notícias da baixada cuiabana!

CADA UM DEVE FAZER SUA PARTE!

Alerta
contra o
mosquito
da **DENGUE**



Para maiores informações:



Ouvidoria Geral do SUS

Teleatendente: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 18h.

Elimine os criadouros
do mosquito transmissor



Mantenha a
caixa d'água
limpa



Limpe as
calhas da
sua casa



Instale telas
de proteção
em janelas



Coloque areia
nos vasos
de planta



Guarde
pneus sempre
cobertos

RDM

GRUPO REDE DE MÍDIAS

Juntos contra a Dengue!